Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O OUTRO LADO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE:

Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana

THE OTHER SIDE OF THE HISTORY OF MOZAMBIQUE:

RENAMO emergence between (1977 and 1992) as an alternative for the construction of multiparty democracy and Mozambican identity

CELESTINO TAPERERO FERNANDO*

RESUMO

O objetivo desse artigo é estudar as motivações que levaram à fundação da RENAMO como oposição ao regime socialista e recorrer à guerra civil como alternativa para alcançar a democracia e construção de estado moderno em Moçambique. Para começar, leva-se em consideração que RENAMO desde sua criação em 1977 era conhecida como movimento de resistência armada de desestabilização de Moçambique pós-independente, sem projeto político concreto, a mando dos países vizinhos descontentes pela independência de Moçambique concretamente o regime de apartheid da Rodesia do Sul de Ian Smith e África de Sul de Peter Botha. A resistência passa a ser reconhecida como partido político em 1992 à luz dos Acordos Gerais de Paz de Roma e, é foi com os mesmos que permitiram com que a FRELIMO aceitasse o regime multipartidário e proclamasse uma nova República deixando para trás a primeira República.

PALAVRAS CHAVES: RENAMO, FRELIMO, democracia, regionalismo e socialismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to study the motivations that led to the founding of RENAMO as opposition to socialist regime and to resort to civil war as an alternative to achieve democracy and modern state building in Mozambique. To start with, it should be taken into account that RENAMO since its creation in 1977 was known as the post-independence armed resistance movement of destabilization of Mozambique without concrete political project, at the behest of the neighboring countries discontented for the independence of Mozambique concretely the apartheid regime of Rhodesia South of Ian Smith and South Africa of Peter Botha. The resistance came to be recognized as a political party in 1992 in the light of the General Peace Agreements of Rome and it is with them that FRELIMO accepted the multiparty regime and proclaimed a new Republic leaving behind the first Republic.

KEY WORDS: RENAMO, FRELIMO, democracy, regionalism and socialism.

* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, bolsista da CNPq. E-mail: ctaperero@hotmail.com

Considerações iniciais

Moçambique é uma nação fortemente centralizada desde sua independência em 1975 até a atualidade. Todo o poder político moçambicano tem uma concentração absoluta de todos os poderes em um capital *Maputo* que domina o conjunto de território moçambicano, algo não caraterístico para a sociedade primitiva de Moçambique, que se encontrava organizada em um império estruturado em estados vassalos que pagavam impostos ao império soberano, esses estados eram subordinados ao império e independente política e economicamente. Mas depois da independência, os libertadores não levam em consideração essa realidade política e étnica, optam por adotar o sistema ocidental, e a primeira constituição moçambicana foi uma compilação das constituições dos países socialistas, para albergar as ideias de Samora Machel primeiro presidente de Moçambique que eram do socialismo com tendências comunistas (Marxismo-leninista) acompanhado por uma ditadura militar. E esse endosso político é considerado como maior epicentro dos conflitos sociais, políticos e econômicos do país.

Contextualização da história de Moçambique

Moçambique situa-se na faixa sul-oriental do Continente Africano, "entre os paralelos 10/27' e 26/52' de latitude Sul e entre os meridianos 30/12' e 40/51' longitude Este"[1]. Ao Norte limita com a Tanzânia; ao Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Swazilândia; e ao Sul com a África do Sul.

Toda a faixa Este, banhada pelo Oceano Índico numa extensão de 2,470 km, tem um significado vital tanto para Moçambique como para os países vizinhos situados no interior que só têm ligação com o oceano através dos portos moçambicanos de Beira, Nacala e Maputo[2]. A superfície do seu território é de 799,380 km^2. Moçambique está dividido em 11 Províncias: ao Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, ao Sul, Inhambane, Gaza Maputo e Maputo Cidade. O território moçambicano, como toda a região Austral do Continente Africano, não apresenta grande variedade de paisagem. Da costa para o interior conforme as suas fisionomias, a superfície é dividida em *quatro formas de relevo*: montanhas, planaltos, planícies e depressões.

Para fazer uma caraterização geral política e histórica de Moçambique é importante destacar 10 grandes grupos étnicos que ocupavam o território no geral a saber:

- Os Suahili, que ocupam uma faixa litoral desde o Rovuma até António Enes;
- Os Marave, ocupam a região de Tete e de Milange -Tacuane e uma área

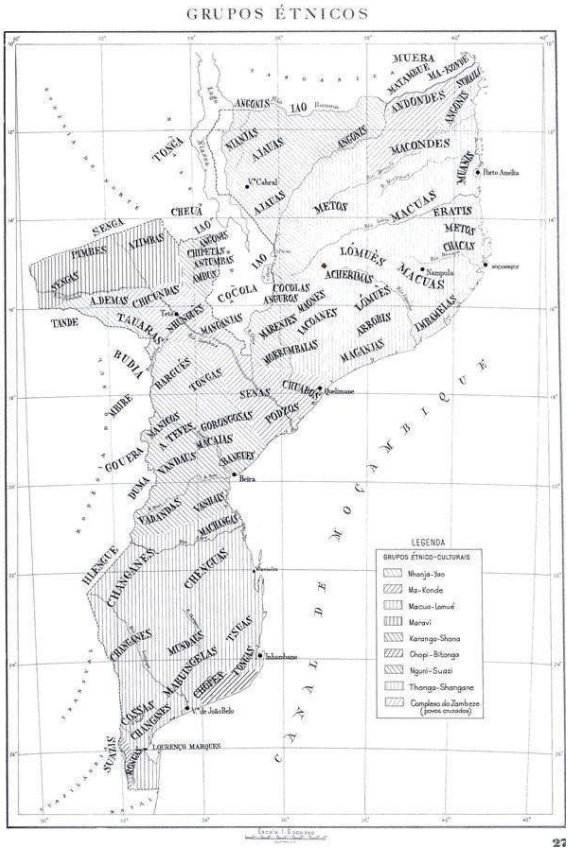
1 INE (Instituto Nacional de Estatística) recenseamento geral da população e habitação em Moçambique 2007.

2 Esses três portos são chamados de portos da Interland, um organismo que visa os desenvolvimentos dos países da África austral (região sul da África) aqueles que não tem acesso a oceano.

da margem leste do lago Niassa (distrito de Niassa), constituído por dois subgrupos e 13 tribos;

- Os Macua-Lomué, ocupam a região entre os rios Lugenda e a Linha Morrumbala -Quelimane (tinha dois subgrupos e 17 tribos);
- Os Chope, ocupando a região de Inhambane (com três tribos);
- Os Chona (xona), situados em Manica e Sofala (compreendia um subgrupo e 15 tribos);
- Os Tonga, ocupam a região sul do rio Save (com 11 tribos);
- Os Angune, etnia que estava dispersa e ocupava pequenos núcleos de Lourenço Marques, região de João Belo, distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado (compreendiam cerca de oito tribos);
- Os Ajáua estendiam-se pelo norte do rio Lugenda;
- Os Maconde ocupam a região norte do rio Massalo e para o leste de Ngomono (constituído por cinco tribos)[3].

Mapa 1 - Grupos Étnicos em Moçambique



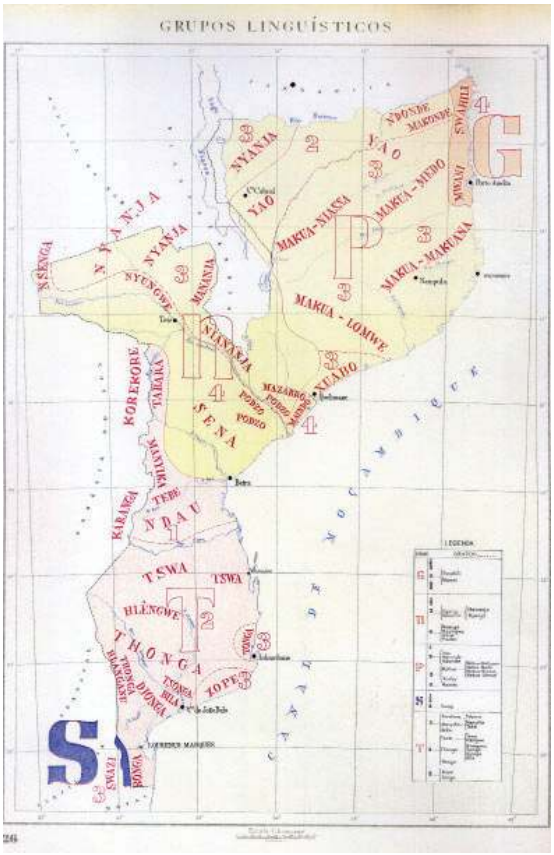
Fonte: https://macua.blogs.com/files/grupos_etnicos_mocambique.jpg

Os Povos do Baixo do Zambeze, estavam dispostas ao longo do rio Zambeze em toda a extensão pertencente ao interior do território de Moçambique (tinham cerca de 12 tribos).

3 INE (Instituto Nacional de Estatística) 1980

Para cada etnia existe uma variedade de línguas e dialetos a considerar: o Chope, BiTonga, Thonga, Tonga, o Tsua, Tauara, Shona, Nyungwe, Suazi, Sena, Chuabo, Macúa, Koti, Nianja, Memane, Lomwe, Yao, Maconde, Mwani, Suaíli, Senga, Ronga, Zulu, Urdu e o Gujarati. *Vide os mapas a baixos ilustram a distribuição étnica e linguístico.*

Mapa 2 - Grupos Linguísticos em Moçambique



Fonte: https://macua.blogs.com/files/grupos_linguisticos_mocambique.jpg

Entretanto, Moçambique é uma ex-colônia portuguesa. “O português, apesar de ser falado por menos de 40% da população, é idioma oficial do país – Moçambique integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ”[4].

O País tornou-se independente de Portugal em 1975, após dez anos de luta armada de libertação nacional movida pela FRELIMO (Frente de Libertação Nacional de Moçambique). A independência política de Moçambique foi negociada entre a Frelimo e o Governo português no acordo de Lusaka a 7 de setembro de 1974. Um governo de transição chefiado por Joaquim Chissano, então Primeiro-Ministro, governou até 25 de junho de 1975, dia da Independência de Moçambique proclamada por Samora Moisés Machel primeiro presidente da república popular de Moçambique.

A opressão secular e o colonial fascismo português acabaria por obrigar o Povo moçambicano a pegar em armas e lutar pela independência. A luta de libertação

4 INE (Instituto Nacional de Estatística) recenseamento geral da população e habitação em Moçambique, 2007.

Nacional, foi dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Esta organização, "foi fundada em 1962 através da fusão de 3 movimentos constituído no exilo, nomeadamente, a UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU[5] (Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente) "[6].

Na ocasião, "é nomeada uma direção provisória, encabeçada por Eduardo Mondlane, com o objetivo de organizar o I congresso da FRELIMO, que se realiza de 23 a 28 de setembro de 1962, em Dar-es-Salam, no Tanganyika"[7].

O I Congresso da FRELIMO, o "Congresso da Vitória", define que o objetivo principal do movimento é a liquidação total da dominação estrangeira e a conquista da Independência de Moçambique"[8].

A FRELIMO declarava, nos seus Estatutos, pretender acabar com a presença colonial e imperial portuguesa no país, alcançar a independência de Moçambique e defender as reivindicações dos cidadãos moçambicanos.

Dirigida por Eduardo Chivambo Mondlane, "a FRELIMO iniciou com a luta de libertação Nacional a 25 de setembro de 1964 no posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado"[9].

O primeiro presidente da FRELIMO Eduardo Mondlane, acabaria por morrer assassinado a 3 de fevereiro de 1969 a ele sucedeu Samora Moisés Machel que proclamou a independência do País a 25 de junho de 1975. Machel que acabou morrendo num acidente aéreo em M'buzini, vizinha África do Sul acabou sendo sucedida por Joaquim Alberto Chissano.

O grande protesto que esse regime político enfrenta é por causa da negação da cultura genuína do próprio Moçambique, e rejeição dessa diversidade cultual e tribal, regressando a uma colonização interna (neocolonialismo) dos novos líderes, libertadores da pátria que acharam necessário acumular poder na capital do país. Para eles a unidade nacional é a fuga da cultura tradicional moçambicana e adoção da cultura ocidental, algo muito revogado pelos moçambicanos conservadores, que defendem a moçambicanidade dentro dos moldes da cultura e ideologia moçambicana[10]. Normalmente a constituição parte da diversidade para a identidade nacional, mas foi feito o contrário, daí surge a RENAMO, para restauração dessa realidade política.

De acordo com as realidades étnicas citadas nos parágrafos anteriores, é importante ressaltar que as práticas culturais devem ser vistas como mecanismos ou

5 A MANU, inicialmente denominada (Maconde African National Union), posteriormente (Mozambique African National Union)

6 FRELIMO – *História da Frelimo*. Edição do Departamento do Trabalho Ideológico. Maputo 1989.

7 PACHINUAPA, R., LIPHOLA, M., & Tiago, P. Moçambique: 40 Anos de Independência e Soberania. Maputo. Nachingwea Editores, 2015.

8 MOIANE, José. Memórias de um Guerrilheiro. Maputo: King Ngungunhane Institute. 2009.

9 PACHINUAPA, Raimundo. Memória das Revolução 1962 -1974. Maputo:Nachingwea Editores, 2011.

10 O regime político implementado pelos libertadores é para criar um monopólio político e a negação da própria cultura para dominar o povo na totalidade.

meios da unidade nacional, ao contrário do que se verifica-em Moçambique, elas são vistas como arquitetas da desunião, ou seja, na independência essa diversidade foi vista como principal causa da nossa colonização. O governo de transição defendia que as diversidades étnicas seriam a mesma coisa que premiar o que nos fez entrar na colonização e escravatura, porque não havia unidade.

De acordo com TAYLOR (2003) "a cultura compõe duas ordens fundamentais e que são essenciais, duma forma direta ou indireta, para um grupo, pois refletem a luta dos mesmos para a sua sobrevivência, porque essas ordens não agem de uma maneira separada, mas sim de uma maneira integrada". As práticas culturais em Moçambique, não somente pressupõem luta pela sobrevivência, mas são antídotos de unidade na diversidade, num país eclipsado por um défice democrático, coadjuvado por golpes partidocráticos e uma ditadura de Samora Machel com seu homem novo. O homem novo de Samora Machel escondia todas as atrocidades políticas, defendendo o lema construção *de um só Moçambique.*

De modo geral, a história de Moçambique é vista como um processo complexo de alcançar uma nova ordem social, produzida pelo conflito das dinâmicas sociais e étnicas. Neste caso, ela se resume nas antigas comunidades primitivas, processo de exploração colonial, luta pela liberdade, independência, ditadura socialista, democracia multipartidária e criação de governo federal, atualmente em discussão na mesa do diálogo entre o líder da RENAMO e presidente da República. Esses são eventos que moveram a evolução da história de Moçambique e do movimento em estudo nesse artigo.

As causas do surgimento da RENAMO

Uma das justificações permanentes e repetitivas dos dirigentes da RENAMO sobre o surgimento do seu movimento, é de que a RENAMO é o fruto da traição da FRELIMO à independência nacional, com o seu modelo de governo que se baseava no socialismo marxista leninista, essa tese foi defendia por André Matsangaisse fundador do movimento e mais tarde por Afonso Dhlakama, o presidente do mesmo movimento desde 1979 até hoje. De acordo com Pinto (1994), a RENAMO nasce em princípios de 1977. E esta nasce de um "conjunto de razões, circunstâncias, vontades, sentimentos e ressentimentos da população sobre o modelo de governação chefiado por Samora Machel" (PINTO, 1994). Isso quer dizer que, o movimento surge da nova conjuntura geopolítica regional, sabendo que Moçambique estava entre duas potências racista em destaque, a Rodésia do Sul de Ian Smith da UDI, desejosa de "exercer represálias e de contrabalançar santuários e apoios para a ZANU-PF no território moçambicano" (PINTO, 1994). Assim como a África do Sul de Pieter Willem Botha do *apartheid*, que também tinha os mesmos objetivos. Vontade que os dois esses países tinham em repreender Moçambique por ajudar as forças nacionalista ZANU-PF e ANC ajudou de uma forma significativa na fundação da RANEMO, por isso muitos consideravam esse movimento como a conspiração desses dois países, esquecendo-se do protesto que a população tinha com o regime de Samora Macahel pela população da zona rural.

De acordo com as palavras de Afonso Dhlakama, o presidente em exercício da RENAMO desde 1979, a guerra civil em Moçambique foi endossada e justificada pela falta de clareza na proclamação da independência e a implementação do governo por parte da FRELIMO, que não ia de acordo com a realidade, isto é, se a FRELIMO não pautasse pela arrogância e crueldade, a RENAMO não teria espaço para atuar e nem existiria, porque a população não encontraria o motivo para apoiar a guerrilha. E a RENAMO viu essa maneira como sendo uma traição aos objetivos da formação da frente de libertação de Moçambique, e o legado da independência desde 1962 por Eduardo Modlane. Isto é o "descontentamento de uma parte substancial da população rural, sobretudo do centro norte do país, em relação às políticas da ditadura socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução" (ESTATUTOS da RENAMO 1989), isso fez com que o movimento tivesse um grande apoio da população dessa região e atingisse mais de 20.000 guerrilheiros sem precisar de recrutamento compulsivo.

Nas entrevistas divulgadas pela Stv- Moçambique e a RTP do Afonso Dhlakama presidente da Renemo, afirma que:

Se não fosse a arrogância de Samora Machel, primeiro Presidente moçambicano, e o comportamento cruel da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), de ver os chefes tradicionais principalmente na pós-independência, pelo comando da FRELIMO como oportunistas, corruptos, que haviam lucrado muito com o seu papel de cobradores de impostos, recrutadores de mão de obra e agentes de policiamento local durante o colonialismo português Entretanto se não fosse essa particularidade e outra não haveria força física para uma guerra civil nem a população apoiar esse movimento (JORNAL LUSA, 2015),

Contudo, podemos verificar que as teses defendidas pela RENAMO, nos últimos anos da guerra, eram: a democracia multipartidária, liberdade de expressão e opinião, respeito às religiões e etnias, respeito aos curandeiros, reintegração dos líderes tradicionais e outros de matriz moçambicano. Já no seu manifesto política a RENAMO defende que há necessidade de:

> 1. Na política a) despejo do sistema de ditadura comunista e remoção de executivos seniores, identificados no plano, sem procurar vingança. Só por perdoar e esquecer, será possível construir um Moçambique de prosperidade para todos os moçambicanos. b) Criação de um Governo de Concórdia Nacional com a missão de pacificar o país, estabelecer e estabilizar a ordem democrática e preparar as condições de recuperação social e económica. A unidade dos moçambicanos é essencial para enfrentar os desafios. c) as pessoas têm o direito de escolher livremente e votar o sistema político, social e econômico do país. Nada será imposta sobre a maioria por uma minoria agressiva. d) tradições, costumes e personalidade dos moçambicanos do nosso tempo vão ser sempre respeitados por todas as autoridades. 2. Na Economıa a) O setor público, uma vez definida, será utilizado para a avaliação e supervisão do sector privado, considerado fator de impulsionar a prosperidade econômica de Moçambique. A conciliação de interesses, atividade sintética do Estado, é a condição essencial para a recuperação económica do país. b) os planos de desenvolvimento serão direcionados para o aumento da riqueza nacional, harmonizando o desenvolvimento de todas as regiões e redistribuição de renda. Investimentos desnecessários, especulativos ou de luxo (voluntários) serão combatidos, e sistemas de apoio

> ao investimento útil e pleno emprego será desenvolvido. c) os monopólios, oligopólios ou exploração econômica de uma classe ou sector por outra classe ou sector não serão permitidos. Serão tomadas medidas no sentido de uma proteção eficaz dos consumidores e sua respectiva participação no desenvolvimento das leis econômicas. d) O dinheiro arrecadado do povo deve ser usado corretamente para beneficiar o povo. A tributação é um instrumento de justiça econômica. e) A situação de propriedade apreendidos ou sob resposta serão analisados quanto à possível devolução. Não vamos nacionalizar sem compensação justa e oportuna. 3. Na Justiça: a) Todos os cidadãos estão no mesmo pé de igualdade perante a lei com os mesmos direitos e deveres. Ninguém será condenado sem defesa adequada, ninguém será preso sem ordem ou mandato da autoridade competente. b) os juízes serão profissionais, independente e inamovíveis. As outras garantias e salvaguardas serão dadas aos juízes para julgar em consciência e de acordo com a lei. c) os julgamentos serão públicos e abertos ao público. O acusado será defendido por um advogado da sua escolha e sem restrições. d) os prisioneiros políticos serão libertados e seus casos revistos por juízes imparciais. É na dignidade e na justiça que se encontra a prosperidade de Moçambique (ESTATUTOS da RENAMO, 1989).

Essa má implementação dos objetivos da luta pela independência, "crueldade da FRELIMO durante o período inicial da independência como criação de campo de reeducação, fuzilamento dos opositores do regime socialista abandono compulsivo das tradições e idiomas moçambicanas e da religião, falta de consideração pelo regionalismo, abolição dos líderes tradicionais" (PINTO, 1994), o governo formado por homens unicamente do Sul de Moçambique e partidarização das instituições do estado, são os fatores principais que influenciaram o descontentamento no seio da população moçambicana depois da independência[11] e apoiaram o movimento incondicionalmente mesmo com as mortes que se registravam em meio a mesma população[12].

Bobbio no seu livro, O FUTURO DA DEMOCRACIA: Uma defesa das regras do jogo, parte pelo pressuposto de que "a exigência, tão frequente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta"[13]. O autor afirma essa lutar democrática não é uma novidade no seio da história política porque "já a havia feito, como se sabe, o pai da democracia moderna, Jean-Jacques Rousseau, quando afirmou que a soberania não pode ser representada"[14]. Em relação à democracia, Mill afirma que ela "é o regime político que melhor possibilita a "educação pública dos cidadãos"[15] já para Bobbio A democracia, caracteriza-se pela constituição pactuada de um conjunto de regras fundamentais que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos.

11 Apesar de isso não ser um motivo suficiente para anular a gênese externa e interna da criação da RENAMO, ela inicialmente é evidente que tinhas as bases e origem interna com ajuda externa assim como aconteceu com a própria FRELIMO.

12 A formação da RENAMO foi a comando de André Matsangaisse ex-comandante e desertor da FRELIMO.

13 BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 41

14 *Idem*, p. 41

15 MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 148

Dhlakama entrevistado por Pinto (1994), firma que; aquilo que era falado no mato na luta pela independência, foi totalmente esquecido e implementou-se uma autentica ditadura, e o que o povo viu foi uma grande tempestade de fuzilamentos, dos opositores a sua política e os curandeiros eram mortos, acusados de feitiçaria, os religiosos eram proibidos de rezar, a FRELIMO afirmando que Deus era dos portugueses, ou seja, era fruto da colonização "afirmou Dhlakama, realçando que muito menos se podia falar de democracia e multipartidarismo" (STV, 2014).

De acordo como o líder da RENAMO, que liderou a guerra civil dos 16 anos com o exército governamental, o problema geral que fez com que a guerra surgisse foi a ignorância que a FRELIMO teve com as reclamações populares, Samora Machel não acolheu os conselhos dos líderes católicos como Dom Jaime Gonçalves e Alexandre dos Santos, "se assim o fizesse o povo não teria coragem física para criar e apoiar a RENAMO durante a guerra" (DHLAKAMA, 2014).

Na verdade, a RENAMO sustenta a sua guerra com a tese de que o apoio pleno que teve com a população durante os 16 anos da luta, é porque a mesma população encontrava na guerra da REMANO uma maneira de parar com a má governação do país. É com essa tese que os dirigentes da RENAMO sustentam que o movimento era do interesse da população moçambicana e não de interesses estrangeiros, para desestabilizar a independência, numa época em que Moçambique tinha sua situação política favorecia, para ajudar os movimentos nacionalistas dos países vizinho com quem fazia a fronteira, ANC contra o apartheid na África do Sul e ZUNU-PF da Rodésia contra o governo colonial de Ian Smith.

Estas ideias se encontram nos "Estatutos" da RENAMO, que contêm todo o seu projeto político, lançado em 1979 em sua primeira conferência no distrito de Gorongosa, na província central de Sofala, e reforçados em 1981 por um Programa concebido a partir da província de Gaza, este programa, por sua vez, veio a ser reformulado no political action Program de 12 de fevereiro de 1987, quando a sede da RENAMO era em Manica, nesta última versão a RENAMO queria um governo totalmente federal democrático e laico[16]. No que tange a identidade política da RENAMO com a população, é de salientar que ela teve maior apoio popular devido ao seu projeto político que pretendia a retomada dos líderes tradicionais, religião, governo federal de acordo com as etnias, abolição das guias de marcha (que o governo socialista tinha intentado acabar juntamente com as aldeias comunais) e liberdade de expressão.

A RENAMO, consciente das suas vantagens tradicionais e força catalizadora, passou a captar o descontentamento das populações e se apresentou como uma opção "tradicional" diante das políticas modernizadoras propostas pela FRELIMO. É importante ter em mente que aos olhos dessas populações majoritariamente rurais, o poder dos chefes é legítimo, pois são portadores de conhecimento sobre as tradições locais e gestores das relações políticas que se estabelecem no seio da comunidade.

16 Na sua gênese a RENAMO possui uma História misteriosa, que não tem uma explicação plausível pelos cientistas sociais, na sua transição de movimento para partido. Cabe as novas pesquisas esclarecer esse mistério da RENAMO.

Nas zonas rurais, o poder tradicional é que garante todas as realidades naturais e humanas, isso é, qualquer fenômeno é interpretado e explicado por estes líderes, por isso tinha ou tem grande importância para a população moçambicana.

Os momentos da guerra e a nova dinâmica política para construção do governo moderno

Historicamente, a época entre 1977 e 1992 é marcada por muitos eventos históricos para nação moçambicana. Ela caracteriza-se por ter 11 eventos que deram uma virada histórica na RENAMO e em Moçambique no seu todo: a fundação da RENAMO 1977; a morte de André Matsangaisse em 1979; nomeação de Afonso Dlhakama como presidente da RENAMO; as forças da RENAMO são obrigadas a se deslocar da Rodesia para a África do Sul, onde continuaram a receber importante apoio logístico das forças armadas deste país; acordos de Ikamat de 1984; 1986 morte de Samora Machel e tomada de posse de Joaquim Chissano como presidente (dá-se o primeiro passo para diálogo rumo a paz); a 1ª conferência da RENANO em 1989; aprovação da 2ª constituição e transição de República popular de Moçambique para República de Moçambique 1990; assinaturas dos acordos gerais de paz no dia 4 de outubro de 1992, esses eventos são de grande relevância nessa época, porque relatam toda cronologia da evolução da RENAMO, desde o movimento da guerrilha até o partido político rumo ao estado moderno democrático e a implementação da 2ª república.

Para começar é de tomar em consideração que RENAMO desde sua criação em 1976 era conhecida como movimento de resistência armada de desestabilização de Moçambique pós-independente sem projeto político concreto, a mando dos países vizinhos descontentes pela independência de Moçambique concretamente o regime de apartheid da Rodesia do Sul de Ian Smith e África de Sul de Peter Botha. “A resistência passa a ser reconhecida como partido político em 1992 a luz dos Acordos Gerais de Paz de Roma e, é com os mesmos que permitiram com que a FRELIMO aceitasse o regime multipartidário e proclamasse uma nova República deixando por de trás a primeira República”[17] que tinha ideologias comunistas marxistas para novo regime de direito democrático e centralista.

Para compreendermos melhor a evolução da história da RENAMO devemos enquadra-la cronologicamente em três períodos pelos quais se sucederam as suas transformações: o primeiro período vai desde a sua criação em 1977 a 1984, “período da assinatura do Acordo de Nkomati[18], conhecido como acordo de boa vizinhança entre Moçambique de Samora Machel e África do Sul de Piter Botha”[19]. Nestes primeiros sete anos foi essencialmente conhecido como um instrumento desestabilizador de

17 SARTORI, G. Parties and Party Systems: A framework for Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

18 O Acordo de Nkomati, foi assinado em 1984 entre o governo de Moçambique, liderado pelo então Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha para deixar de apoiar a RENAMO (conhecido como acordo de boa vinhaça)

19 MSABAHA, Ibrahim S. R., and Shaw, Timothy M. Confrontation and Liberation in Southern Africa: Regional Directions after the Nkomati Accord. Westview Press, Boulder, Colorado, 1987)

Moçambique.

Com certeza que a RENAMO nos seus primeiros anos da guerra tinha caraterísticas de um movimento terrorista. É inegável o fato de sabotagem dos caminhos de ferros, escolas, hospitais, estradas, pontes, moagem, autocarros, saques nas lojas estatais, ou seja, tudo aquilo que pertencia administração estatal eram sabotados pelo movimento e o mesmo período entre 1977 a 1984 é que se registrou quase 90% de saldo das pessoas mortas que se estima em 1 milhão de pessoas. Esses atos influenciaram que se fundasse a tese de que o movimento não tinha interesse dos moçambicanos e não era da autoria dos Moçambicanos, apesar de todos saber que o seu fundador é moçambicano, o André Matsangaisse antigo comandante da FRELIMO e preso político.

Nessa altura o denominador comum de toda sua história desaguava no discurso cíclico de que era um movimento que tinha sido criado para matar, roubar e destruir Moçambique. Porque era de consenso que a RENAMO tinha antigos agentes da polícia e políticos portugueses, como também o regime racista da Rodésia do Sul e África do Sul estes era considerado como patrocinadores principais do movimento e respectivos fundadores.

Também é importante ressaltar no mesmo período que, a história da fundação da RENAMO é de mérito reconhecer, os malefícios do regime machelista, como a ausência da incorporação da população para escolha do modelo político, implementou-se a ditadura militar e sistema de partido único e centralizado o hino nacional e a constituição da República tudo era a respeito ao partido FRELIMO. As indicações dos deputados e presidente da republicam eram feitas dentro do partido pelos membros do comitê central como órgão máximo da nação como podemos ver nos artigos 3º e 37º da constituição da república de 1975, onde se:

> A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade. A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisa a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo. A Assembleia Popular é o órgão supremo do Estado na República Popular de Moçambique. A Assembleia Popular é o mais alto órgão legislativo da República Popular de Moçambique. Até ulterior definição da composição e dos critérios de eleição dos membros da Assembleia Popular, esta será constituída pelos seguintes membros: 1.º Os membros do Comité Central da FRELIMO; 2.º Os membros do Comité Executivo da FRELIMO; 3.º Os Ministros e Vice-Ministros do Governo da República Popular de Moçambique; 4.º Os governadores provinciais; 5.º Membros escolhidos pelo Comité Central da FRELIMO de entre os quadros das Forças Populares de Libertação de Moçambique; 6.º Dois representantes por província das organizações democráticas de massas, indicados pelo Comité Central da FRELIMO; 7.º O Membros escolhidos pelo Comité Central de entre os quadros da FRELIMO; 8.º Um máximo de dez cidadãos idóneos escolhidos pelo Comité Central da FRELIMO[20]

20 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE DE 20 DE JUNHO DE 1975,

Essa "crueldade da FRELIMO durante o período inicial da independência como criação de campo de reeducação, fuzilamento dos opositores da ideia de socialismo abandono compulsivo das tradições e idiomas moçambicanas e da religião, falta de consideração pelo regionalismo, abolição dos líderes tradicionais"[21], o governo formado por apenas homens de Sul de Moçambique, partidarização das instituições do estado. São fatores principais que influenciaram o descontentamento no seio da população moçambicana depois da independência[22] e apoiaram o movimento incondicionalmente mesmo com as mortes que se registava no seio da mesma população[23].

O segundo período é situado entre os meados de 1984 até o final de 1989 aqui o nome da guerra passou a ser chamada Guerra Civil, nesta época a RENAMO recebia apoio total das populações da região centro e norte de Moçambique onde se fazia sentir a sua identidade político e a mesma tinha ligação com o povo local. As ideais divulgadas pela RENAMO eram de consenso na população e também eram em prol da conservação das culturas idiomas e tradições nacionais. Isso revelou o compromisso que movimento tinha com a identidade moçambicana e construção de estado inclusivo e moderno, contrariando o projeto de homem novo do regime de Samora Machel.

Esse período ficou essencialmente marcado por dois aspectos. Primeiro, a transformação do movimento desestabilizador patrocinado por estrangeiros à um movimento armado auto - sustentável, ao nível ideológico/político, funda-se uma RENAMO com programa político que no quadro da Guerra-fria reclama democracia multipartidária como leit-motiv da sua luta. "Também é neste período que se intensificou a guerra, depois das forças armadas da África do Sul terem feito os últimos abastecimentos em material bélico para a RENAMO. A guerra alastra-se em todo território nacional a RENAMO chega a controlar dois terços do país e o movimento atingiu 20 mil grelheiros"[24], num país que tinha cerca de 5 milhões de população e atingiu o recorde africano em números guerrilheiros em relação aos outros rebeldes africanos, isso preocupou a FRELIMO e a comunidade internacional e começou a fomentar pressão para pautar pelo diálogo para chegar ao fim da guerra e também alocar o regime político que o movimento propunha.

A morte de Samora Machel no dia 19 de outubro de 1986 fez renascer a esperança do diálogo com governo de Joaquim Alberto Chissano, porque para Samora Machel a guerra para ele se ganhava na base de combate e não diálogo, o papel das igrejas na busca da Paz consolida-se e os primeiros contatos para a Paz são encetados, primeiro com a África do Sul e segundo por intermédio dos religiosos, governo Queniano, Tswana e Malawiano.

impressa nacional de Moçambique

21 PINTO, Jaime Nogueira Jogos dos africanos. Lisboa, Portugal. 1994, p. 23.

22 Apesar de isso não ser um motivo suficiente para anular a gênese externa e interna da criação da RENAMO, ela inicialmente é evidente que tinhas as bases e origem interna com ajuda externo assim como aconteceu com a própria FRELIMO.

23 A formação da RENAMO foi a comando de André Matsangaisse ex-comandante e desertor da FRELIMO.

24 OLIVEIRA P. Renamo: Uma Descida ao Coração das Trevas, Lisboa: Europress.2006

O terceiro e último período estende-se entre final de 1989 a outubro de 1992 também reconhecidos como guerra civil, mas com outra dinâmica diplomática, nessa época intensificação das ideias da busca da Paz estendeu-se até a aprovação da segunda constituição de 1990 e uma transição imediata do socialismo para capitalismo, esta transição surge em resposta à exigência da RENAMO[25].

No "Estatutos" aparece explicitamente os objetivos que levaram a RENAMO, a desencadear a guerra civil em forma de protesto ao regime comunista marxista. A RENAMO realizou a sua conferência em Gorongosa em junho de 1989, com intuito de mobilizar mais apoiadores e conquistar mais zonas de poder. Face a isso, na FRELIMO também se tomava nova atitude para criar novas dinâmicas de negociar a paz com a RENAMO.

Todas essas articulações feitas nesse período eram para construir um governo moderno que respondesse às diversidades cultural e étnica de Moçambique, visto que Moçambique tem mais de 10 grupos étnicos de Ruvuma ao Maputo e do Zumbo ao indico.

De acordo com Marçal Menezes de Paredes, é correto afirmar a existência de múltiplas identidades étnicas existentes no espaço que durante o período colonial português foi sendo chamado de Moçambique. Contudo, "a vinculação de grupos étnico-culturais do período pré-colonial com o espaço político-territorial pós-colonial parece ser um trajeto com muitas fragilidades"[26], além de escamotear certa mobilização romântica e historicista do tempo histórico.

A RENAMO "é um movimento ou partido que é um resultado da legitimação dos conflitos étnicos que o estado moçambicano, como a fonte da unidade nacional e epicentro da construção de um Moçambique novo e inclusivo" (ROESCH O, 1989, p. 34). A falta de consideração dessa realidade histórica e cultural faz com que os avanços econômicos, políticos e tecnológicos não ocorram, e Moçambique classifique-se como uns dos países mais pobres da região.

O Departamento de Estado tem relações diplomáticas formais com Moçambique e não ofereceu nenhum apoio nem reconhecimento à RENAMO de Dhlakama. De forma sistemática e firme, recusou ter quaisquer negócios com a RENAMO, fazendo-se eco de Chissano ao denominar as forças da oposição de bandidos, as forças de resistência da RENAMO, porém, são consideradas «bandidos» e muitos desejariam que as mesmas fossem eliminadas para sempre. A RENAMO não quer ou necessita de auxílio, mas gostaria de um ambiente equilibrado, quer da imprensa, quer a nível diplomático (CAHEN, 1985).

A RENAMO tem o seu projeto político que dá respeito à identidade étnica e cultural, ao contrário da "1ª República de Moçambique que negava tudo o que diz respeito à cultura de Moçambique, adotando a política de homem novo" (PAREDES,

25 Onde aparecia o que o objetivo da Resistência Nacional de Moçambique é a democratização, a liberalização e criação de condições de progresso generalizado na República de Moçambique.

26 PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. Anos 90, Porto Alegre, 2014.

2014). Para além do homem novo a RENAMO estava contra a primeira constituição que dava toda tutela de Moçambique a um único partido. A primeira República era uma ditadura Frelimista e militar onde o poder político era absolutamente do partido e dos dirigentes do comitê central. Todas as vontades do povo, não tinham espaço, mas sim a vontade do partido que devia coincidir com a do povo. Aqui não havia a diferença entre partido e governo, algo que se estendeu até na segunda república. Essa prática até hoje se faz sentir nas instituições do estado e privadas. Como podemos ver no artigo 3º da antiga constituição que:

A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade. A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisa a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo[27].

Pode-se verificar que nesta constituição não reinava o socialismo propriamente dito, mas um governo totalitário e ditatorial onde não havia espaço para qualquer cidadão dar sua opinião sobre a governabilidade. Isso levou com que "o presidente Samora Machel fundasse os campos de reeducação na província de Niassa (M´telela) e Tanzânia onde eram levados os seus críticos e opositores para serem presos e fuzilados para fortificar a sua política da ditatura" (CAHEN e MENDONÇA, 1994). Cientes desse projeto político, alguns moçambicanos, resolveram a não aderir e optaram por fazer uma guerrilha para lutar contra esse regime, neste caso trata-se de André Matsangaisse e seu movimento RENAMO.

A exclusão histórica política do homem moçambicano e suas consequências

Moçambique sentiu-se livre do colonialismo português, mas devido à falta de inclusão política em menos de 2 anos depois de sua independência, o homem da pérola do índico, voltou a ser, mais uma vez, vítima da sua própria história e seu destino. Em busca da própria história surge a RENAMO como um movimento em defesa do povo nessa ausência da planificação conjunta histórica e política, e a escolha de um estado típico e próprio para os moçambicanos.

Portanto, este projeto, questiona a situação trágica, as causas da tensão político-militar em que o homem moçambicano se encontra, a partir de um conhecimento crítico da sua história. Importa referir que com a constituição de 1975 assim como a de 1990, os moçambicanos não foram convidados para participar na sua própria história, ainda foi visto como homem passivo porque apenas foram os libertadores a fazer a vontade de todos os moçambicanos. De acordo com NGEONHA no seu livro Filosofia africana – das independências as liberdades: "esconde-se um projeto de sociedade. Como a nossa Polis se apresenta à terceira República não conseguimos perceber que, por detrás do jogo das eleições, se esconde, para nós, um problema de carácter existencial" (NGOENHA, 1994, p. 8).

O que esteve em jogo não foi a escolha de um simples modelo político, jurídico

27 Constituição da República de 1975.

ou constitucional, mas o lugar que nos seria reservado na escolha daquilo que deveria ser o nosso futuro e a nossa história política. Esta é a única razão pela qual é necessário inventar uma sociedade com uma vida e futuro melhor, uma República partilhada, ou seja, uma federação como estava estruturada os antepassados moçambicanos.

Ngoenha olha no povo moçambicano como aquele que carece da participação política histórica desde a ditadura até a democracia, fato que historicamente favoreceu a popularidade da RANAMO nas zonas rurais. FLORÊNCIO "chama a atenção para o fato de que a RENAMO tira proveito dessa situação de descontentamento a seu favor" (FLORÊNCIO, 2002). Para ele, a RENAMO passa a manipular os conflitos, as divergências entre os grupos sociais, para se alimentar dessa discórdia. A boa parte das autoridades tradicionais e linhagens descontentes com o governo se aliaram à RENAMO, exceto a população da zona sul devido a sua inclinação histórica com a FRELIMO.

Esse motivo fez com que a grande parte do exército da RENAMO fosse constituída por jovens indicados pelas autoridades tradicionais na sua zona de influência, ou era fruto das investidas nas aldeias em que adolescentes eram raptados. Os indivíduos recrutados pela RENAMO eram sujeitos a experiências de choque que visavam torná-los aptos ao combate. Nessas zonas a população fazia Machambas[28] a contar com a guerrilha, para servir de mantimento.

Isso levou com que CRUZ afirmasse que, "o povo moçambicano e seus historiadores devem desenterrar a autêntica história de Moçambique. Ela é a base da reconstrução da democracia moçambicana, mas adaptada às realidades do pensamento democrático contemporâneo" (CRUZ, 2008, p. 346). A libertação de um passado duro e criação de um novo pensar, que liberta os pensadores moçambicanos e o povo das forças de opressão, obscurantismo, partidarismo, Camaradismos, Frelimismo e das teorias de libertação vigentes manipuladas pelos intitulados pais da nação.

> A Assembleia Popular é o órgão supremo do Estado na República Popular de Moçambique. A Assembleia Popular é o mais alto órgão legislativo da República Popular de Moçambique. Até ulterior definição da composição e dos critérios de eleição dos membros da Assembleia Popular, esta será constituída pelos seguintes membros: 1.º Os membros do Comité Central da FRELIMO; 2.º Os membros do Comité Executivo da FRELIMO; 3.º Os Ministros e Vice-Ministros do Governo da República Popular de Moçambique; 4.º Os governadores provinciais; 5.º Membros escolhidos pelo Comité Central da FRELIMO de entre os quadros das Forças Populares de Libertação de Moçambique; 6.º Dois representantes por província das organizações democráticas de massas, indicados pelo Comité Central da FRELIMO; 7.º O Membros escolhidos pelo Comité Central de entre os quadros da FRELIMO; 8.º Um máximo de dez cidadãos idóneos escolhidos pelo Comité Central da FRELIMO (ART 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1975).

Esta maneira de governar criou descontentamento interno do povo moçambicano em 1975. Porém, André Matsangaisse não era o único opositor e crítico dessa constituição, faziam parte desse grupo que foram levados como preso político

28 Machamba significa em Moçambique local onde são plantados vegetais; herdade, quinta, horta. Designação comum para propriedade agrícola.

para campo de reeducação em Niassa: o chefe Maconde, Lazaro Kavandame, o vice-presidente da FRELIMO Reverendo Urias Simango, Pe. Mateus Gwengere, Paulo Gumane e outros, todos esses foram mortos para dar lugar ao governo de Samora Machel e o seu vice presidente Marcelino dos Santos, para implementação de governos único da etnia Changana de sul de Moçambique, descendente do império de Gaza de Ngungunhane, implementando o discurso de homem novo e Moçambique único sem diversidade de culturas ou igrejas, e ninguém devia falar a língua moçambicana nem no campo nem na cidade, porque era a fonte da desunião entre os moçambicanos, o intuito era formar homem novo. Mas por trás do homem novo de Samaora Machel, se escondia uma grande ditadura militar e o regionalismo superior de um grupo étnico que queria dominar tudo.

De acordo com Roesch, "a 1ª República a sua estrutura política impedia qualquer processo democrático, mesmo antes de acordo de Lusaka" (ROESCH O,1989, p. 138). O governo desta república começou com prisões e eliminações físicas dos opositores, fazendo deslocar centenas de milhares de moçambicanos, normalmente velhos, deficientes físicos e psicológicos, crianças da rua, os inválidos, testemunhas de Jeová, homossexuais, militares portugueses, muçulmanos, em um misto de métodos hitlerianos foram abatidos ou queimados ou mesmo enterrados vivos no gulag, Auschwitz moçambicano de N´telela, no Niassa e Nachingwea , na Tanzânia em um processo que se chamava: justiça popular.

Como afirmou-se antes, em resposta a essa política deu-se lugar a emergência de uma oposição armada necessária ao regime configurada pelo RENAMO liderado pelo André Matsangaisse, natural da província de Manica[29].

Considerações finais

A conquista da independência por Moçambique não significou o fim dos conflitos armados no país. O projeto de transformação da sociedade moçambicana planejado pela FRELIMO colocou o Estado e seu partido como o centro de todas as decisões, como a única instituição político-administrativa capaz de regular as populações.

Neste contexto, qualquer outra forma de organização social regida pelas autoridades tradicionais ou pelas lógicas de parentesco era visto como feudal e retrógrada, pois representava um retrocesso para a nação. "Os chefes tradicionais principalmente na pós-independência, eram vistos pelo comando da FRELIMO como oportunistas, corruptos, que haviam lucrado muito com o seu papel de cobradores de impostos" (ROESCH O,1989, p. 34), recrutadores de mão de obra e agentes de policiamento local durante o colonialismo português[30]. Essa foi uma tese muito defendida pelo regime. Mas essa realidade não invalida os interesses que a África do Sul e Rodesia tinham para desestabilizar Moçambique. Podemos concluir que uma parte foi a má governabilidade da FRELIMO e sua crueldade com a população e

29 Todas essas passagens históricas são as justificativas que me leva com muita serenidade a desenvolver a pesquisa para além de grande interesse que tenho pelo doutorado em história.

30 A insatisfação se deu também no plano político internacional. É importante lembrar que esses acontecimentos se deram em meio à conjuntura da Guerra Fria, quando o mundo estava alinhado à influência capitalista, liderada pelos Estados Unidos, ou socialista, controlada pela União Soviética.

por outro, também, esses dois países contribuíram muito para essa guerra civil para endossar os seus interesses.

Referências

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia.** Tradução de M. A. Nogueira. São Paulo: Brasiliense. 1988

CAHEN, Michel **"État et pouvoir populaire au Mozambique"**, Politique Africaine (Paris, Karthala), 1985,

CAHEN, Michel e MENDONÇA, Fátima. **Resistência Nacional Moçambicana**. Geschichte – 1994

Constituição da República de 1975 art 3º e 37º imprensa nacional de Moçambique, 1975

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE DE 20 DE JUNHO DE 1975, impressa nacional de Moçambique

CRUZ, D. **Para Onde Vai Angola:** A Selvajaria Apocalíptica onde Toda Perversidade é Real: Vol. I, edições Mulemba, Luanda, Angola;2008

Estatutos da RENAMO publicado pela RENAMO em 1989

FLORÊNCIO, Fernando. **Cristian Geffray e a Antropologia da Guerra**. Ainda a propósito de lá cause dês armes au Mozambique Etnográfica. Volume VL, N. 2. Revista do Centro de Estudo em Antropologia. Novembro de 2002.

Jornal Lusa da RTP em 05 junho, 2015, 10:50

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

MOIANE, José. **Memórias de um Guerrilheiro.** Maputo: King Ngungunhane Institute. 2009.

MSABAHA, Ibrahim S. R., and Shaw, Timothy M. **Confrontation and Liberation in Southern Africa:** Regional Directions after the Nkomati Accord. Westview Press, Boulder, Colorado, 1987)

NGOENHA, S. Elias. **Filosofia Africana:** Das Independências as Liberdades, ed. Paulistas, Maputo, 1994

Oliveira P. Renamo: **Uma Descida ao Coração das Trevas**, Lisboa: Europress.2006

PACHINUAPA, R., LIPHOLA, M., & Tiago, P. **Moçambique:** 40 Anos de Independência e Soberania. Maputo. Nachingwea Editores, 2015.

PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós- independência:** sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. Anos 90, Porto Alegre, 2014

PINTO, Jaime Nogueira. **Jogos dos africanos.** Lisboa, Portugal. 1994

ROESCH O.'Is **Renamo a Popular Movement in Mozambique?** Southern African Review of Books, Dezembro. 1989

SARTORI, G. **Parties and Party Systems:** A framework for Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

STV, **entrevista ao Afonso Dlhakama** como presidente da RENAMO, 2014

Recebido em fevereiro de 2018.
Aprovado para publicação em fevereiro de 2021.